

Inverdades e imposições

» SACHA CALMON
Advogado

O presidente e seu ministro da Economia e da Fazenda Pública, senhor Guedes, o primeiro oriundo do baixíssimo clero da Câmara dos Deputados (27 anos de semianonimato) e o outro egresso dessa classe que vende papéis financeiros, cobiçando comissão, formam um par inigualável de impostores. É comum no Brasil tanto o estelionato criminal quanto o político. Basta lembrar o senhor Jânio Quadros. E, portanto, mais uma vez fomos enganados.

O resultado foi termos um mau governo. Muita terra foi devastada por poderosos, muitos privilégios foram dados, mormente a pastores e seus rebanhos, muita madeira de lei saiu do país, contra a lei, muitos militares receberam benesses, um filho comprou prematuramente e danese quem perguntar a origem, uma mansão de R\$ 6 milhões, em Brasília, muitos contratos foram superfaturados, com discricão, moralidade foi inculcada nas cabeças de prego do povo e outra parte ocultada (como essa vacina covaxin em que Bolsonaro telefonou ao primeiro-ministro Modi, da Índia, para apressar a entrega da vacina a ser paga à vista, a bom preço, via intermediário...)

Nas demais aquisições, o Ministério da Saúde dispensou intermediários que ganhariam muito. A exceção é cabulosa. Deve haver uma aplicação plausível para as tratativas da covaxin. Dizem que o beneficiário da transição, ora suspensa, era — conhecido dos filhos do presidente — uma conversinha muito comum nos negócios desse governo. Graças aos céus, não podemos comprar a covaxin superfaturada. O Tribunal de Contas da União (TCU) merece elogios. Mas a paulada final da dupla de impostores — supostamente esclarecidos e liberais — apareceu agora, a buscar dinheiro para as eleições vindouras, como veremos. O governo está na segunda etapa da reforma tributária, uma algaravia maluca e técnica, malfeita e perversa.

O projeto de reforma tributária é enganoso nos enunciados. Começa por ampliar ou aumentar em valores correntes, sem deter-se na desvalorização na média, aquele valor tido por isento para pagar o imposto de renda, pois do contrário estar-se-ia a atingir o “mínimo minimorum”, que um cidadão nas fronteiras da pobreza, recebe para manter-se e aos seus ou seja o valor de R\$ 2,5 mil. Antes era R\$ 1.903. Mais tem aí um engodo: O valor para declaração simplificada caiu em termos reais para um teto de R\$ 40 mil...

Na tributação do lucro das pessoas jurídicas, elas passam a sofrer agora outra tributação, se distribuir dividendos a seus verdadeiros donos (já que a pessoa jurídica embo-



ra pague imposto de renda não passa de uma ficção) à razão de 20%, salvo quando recebidas de microempresas.

Além disso — o que já era confiscatório — a cobrança por força da desvalorização da moeda (ou desvalorização inflacionária da valorização imobiliária) obriga a pagar 5% sobre o valor real (não o contratual) à União, a título de “ganho de capital”, com efeito retroativo, mesmo que não ocorra venda alguma (é imposto sobre patrimônio e não ganho de capital).

Se ilusório o aumento da faixa de isenção para pagamento do IR da pessoa física, a cobrança antecipada da valorização imobiliária, só é possível se se lucrar vendendo. Agora se paga sem que haja venda (sem ter havido o fato gerador da obrigação). O montante de 5% sobre o valor real atualizado é perverso. Trata-se de tributar o vento, pois a valorização patrimonial é a contraparte da desvalorização da moeda.

Facury Scaff, com pragmatismo notou que o aumento da faixa de isenção é engolido pela redução do desconto simplificado na declaração final anual. E põe o dedo com unha e tudo na farsa ao exemplificar didaticamente: “Uma pessoa com 3,5 mensais (brutos) ou 42 mil anuais, sem 13º salário, hoje teria 6 mil de retenção na fonte, que são devolvidos (quase tudo) na declaração anu-

al de ajuste dos pagamentos antecipados”. Pela reforma dos embusteiros, se passar a proposta, nada receberão de volta, diz ele, com razão. Para essa classe de renda, pois, houve aumento do imposto. E ganham pouco. É revoltante. Aumenta-se a carga tributária à socapa. No ano de 2023 irão verificar que vão pagar mais IR. Mas aí já se passaram as eleições. É maquiavélica e aética tamanha perversidade. São o grosso dos pagantes!

A proposta de taxar dividendos e acabar com a dedutibilidade dos juros sobre capital Próprio (JPC) vai prejudicar a economia e o investimento, segundo o investidor Barsi. “Seria viável a tributação sobre dividendos em países que não confiscam 40% sobre o lucro e que mantêm de 12% a 18% carga tributária”, diz ele, investidor imobiliário, “a proposta, vai afastar investidores. Tributar dividendo pode prejudicar a economia como um todo”. O projeto embute contrassenso, pois não aborda mecanismos que reduzam arrecadação, como desonerações fiscais, para fins de atração de investimentos. O fim do Confaz, organismo administrativo, que substituiu o Legislativo eleito, passou “in albis”, contra o princípio da legalidade, a permanecer ferido de morte em tema de ICMS. Usa o governo lei ordinária. Não pode, tinha que ser lei complementar (inconstitucionalidade formal).

Macaúba, uma palmeira nativa na bioeconomia

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES » SIMONE PALMA FAVARO
Pesquisadores da Embrapa Agroenergia

Diversos estudos indicam que o atual modelo econômico gerador de resíduos, descartes e poluição tenderá a ser gradualmente substituído por uma economia limpa, de base biológica e renovável, capaz de integrar de forma nunca imaginada as indústrias de alimentação, energia, química, materiais e saúde, criando convergência que marcará empresas, negócios e as relações na sociedade. A agricultura e o sistema alimentar global deverão responder a esta realidade com arranjos produtivos diversificados, de baixa emissão de carbono e capazes de economizar recursos naturais valiosos, contribuindo para o progresso e o bem-estar de uma sociedade cada vez mais urbana, bem informada e exigente.

Essa nova bioeconomia fará crescer o interesse pela rica biodiversidade brasileira, que tem enorme potencial de ampliar as funcionalidades da agricultura e das indústrias, com processos limpos, geradores de emprego, renda e progresso. Exemplo concreto é o açaí, que nos últimos 20 anos conquistou o Brasil e os mercados globais. Do açaizeiro, palmeira nativa da Região Amazônica, já se produz 250 mil toneladas de polpa por ano, sem danos à floresta, o que beneficia mais de 300 mil produtores e agrega pelo menos 1 bilhão de dólares à economia amazônica a cada ano.

Outra palmeira que promete ocupar lugar de destaque na nova economia é a macaúba, também conhecida como bocaiúva e macafba, planta nativa das Américas, de ampla dispersão no território brasileiro. Sítios arqueológicos indicam seu uso durante milênios pelos povos pré-colombianos da América tropical, que aprenderam a extrair e utilizar múltiplos produtos e funcionalidades da planta, que pode atingir até 20 metros de altura e produzir cachos com até 90 kg de frutos — dos quais se obtêm diferentes tipos de óleos e proteína de alto valor nutricional. Do tronco resistente se produzem fi-

bras e madeira, as cascas dos frutos são ricas em minerais e das folhas se extraí fibras para linhas, cordas, redes e cestos. Até seus espinhos podem ter uso industrial.

Óleos são os componentes mais nobres extraídos da polpa e da amêndoa dos seus frutos, ricos em ácidos graxos aplicáveis às indústrias alimentícia, cosmética, farmacêutica, química e energética. Diversos estudos indicam que a macaúba pode produzir anualmente cerca de 4,5 toneladas de óleo na polpa e mais 600 kg de óleo da amêndoa, superando a média de 3,5 toneladas da palma de óleo, ou dendê, que ocupa 10% das terras agrícolas do mundo e fornece óleo para 3 bilhões de pessoas em 150 países. O óleo de palma está em milhares de produtos — desde biscoitos até xampu, razão porque cada um de nós consome, em média, 8 kg do produto por ano. A macaúba tem enorme potencial para reduzir esta enorme dependência da palma de óleo, provendo matérias-primas nobres e mais diversificadas.

Além de componentes importantes da nossa dieta, óleos vegetais com propriedades especiais ganham espaço cada vez mais destacado como ingredientes renováveis, de baixo custo, que agregam valor a grande diversidade de produtos industrializados — desde tornar biscoitos e bolos mais saudáveis, retardar o derretimento de sorvetes, tornar sabões mais espumantes, xampus mais cremosos, batons mais lisos e batatas fritas mais crocantes. Óleos assim nobres e versáteis são produzidos por palmeiras tropicais, sem rivais na capacidade de captar luz solar, fixar carbono e produzir enorme diversidade de biomassas.

Embora o óleo de palma tenha o grande mérito de ter substituído gorduras menos saudáveis nos alimentos e viabilizado grande número de produtos inovadores no mercado, seu enorme impacto no desmatamento de florestas tropicais na Ásia desgasta sua imagem e reduz sua aceitação pelos consu-

midores. Situação que força a busca por substitutos sustentáveis que não aviltem os preços dos produtos derivados. Um campo aberto para a expansão dos cultivos de macaúba, em especial nas imensas áreas de pastagens degradadas do Brasil, estimadas em mais de 50 milhões de ha, onde a espécie é plenamente adaptada. Além dos produtos que a macaúba gera abundantemente, a espécie pode se tornar um componente chave para a recomposição e manutenção de áreas de proteção ambiental, estimulando a manutenção de nossa biodiversidade pelo seu aproveitamento econômico de maneira sustentável.

É por isso que a Embrapa e suas instituições parceiras investem com vigor no desenvolvimento dessa palmácea como alternativa para a nascente bioeconomia brasileira. Sua introdução em sistemas integrados, em combinação com lavouras anuais, pastagens e produção de carne e leite poderá dar origem a uma diversificada produção de baixa emissão ou até mesmo com sequestro de carbono, criando sinergias entre a agricultura e múltiplos ramos industriais que demandam óleos nobres, proteínas, fibras e outros componentes da sua biomassa. A Embrapa segue ávida em busca de parcerias que consolidem a macaúba como provedora de matérias-primas para as indústrias de energia, alimentos, nutrição animal, produtos químicos e materiais de origem renovável.

Ao longo das décadas o Brasil tem sido reconhecido e reverenciado como país megadiverso, detentor da maior riqueza biológica do planeta. A emergência de um novo paradigma econômico, de base biológica e renovável poderá, finalmente, estimular a transformação desse potencial em riqueza e progresso para o país. A macaúba está no topo da lista de possibilidades e sua ascensão a uma posição de destaque na bioeconomia é questão de tempo — curto, esperamos!

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Aposta no caos

Cada dia com sua agonia, repetia o filósofo de Mondubim. O problema é quando a agonia de todos os lados começa a ficar cada vez mais intensa com o passar dos dias. Nesse caso, o que se obtém é a formação, no horizonte, de uma tempestade perfeita, prestes a precipitar igualmente sobre todos. É justamente essa armadilha de um intenso temporal que vamos aguardando, aparvalhados, abater-se sobre o país, suas instituições e, por extensão, em cima da nação, com ameaças veladas de um retrocesso, desejado por uns poucos, que dessa tormenta sonham em colher os frutos da dissipação da democracia. Não se trata, aqui, de alarmismos sem fundamentos.

A antevisão de fissuras, que agora surgem estampadas e em uníssono, chama a atenção para uma sequência de fatos, muitos oriundos do destempero verbal do chefe do Executivo, das iniciativas do Judiciário e do desespero do Legislativo. Os grupos parecem ter atingido um perigoso ponto de ebulição. De um lado, um cipal de denúncias que vão emergindo na CPI da Covid do Senado, de outro senadores exaltados fugindo das suas atribuições, e mais para a direita, na Praça dos Três Poderes, ministros do judiciário arbitrando como no julgamento final.

As repetidas pilherias e outras troças continuam dirigidas aos fantasmas que parecem assombrar esse momento brasileiro. Tentaram evitar o futuro com uma faca afiada rodada no bucho do mais votado. A liturgia do cargo começou a sangrar aí. Sem apoio para divulgar os responsáveis pela tentativa de homicídio, Bolsonaro, amparado por seus eleitores, não consegue a grande mídia nem o Congresso como apoiadores por razões que a própria razão conhece. Poucas figuras do poder dignificam a posição ao criar no imaginário daqueles que prezam pela seriedade e liturgia de tão importante cargo.

A intenção de todos os lados de enviar recados intimidatórios aos muitos inimigos revela personagens que parecem perdidos e amedrontados, em meio à mata escura, e por isso, acionam a metralhadora verbal para todos os lados. O problema é quando esse temperamento ciclotímico, que mais lembra um arremedo da figura de Jânio Quadros, sai das raias da caricatura e passa a causar danos às instituições do Estado e a gerar crises sistêmicas, colocando em risco o próprio Estado Democrático de Direito.

Desta vez, as ameaças de diferentes matizes que vêm surgindo de todos os lados ganharam um status de ataque frontal. Basta acompanhar o desprezo pelo voto impresso. Mais cara que a implementação da impressão do voto é a dúvida. A segurança é total, já que o voto não sai da urna. Para quem zela pela democracia e a Carta Magna, a construção das justificativas contra a certeza do voto é frágil. Inimigos da nação, ninguém mais sabe quem é. Por outro lado, ao afirmar taxativamente que não haverá eleições em 2022, caso o voto impresso não seja instituído como deseja, Bolsonaro açulou os outros Poderes. Conseguiu a unanimidade de juntar, contra si, os ministros do STF e do TSE, além do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco. Os primeiros garantiram que as eleições serão realizadas. O segundo afirmou não compactuar e aceitar retrocessos à democracia. Até mesmo 11 partidos com assento do Legislativo bateram o martelo, dizendo não apoiar a introdução do voto impresso nas próximas eleições. Se seria mais seguro que os brasileiros pudessem ver a urna auditada, não há como compreender essa teimosia.

Qualquer um, de qualquer dos Poderes, que possa vir a ser apontado, por sua performance, como inimigo da Nação, perde, nesse campo, o poder, a capacidade e o direito de comandá-la.

»» A frase que foi pronunciada

“Não se interpreta a Constituição em tiras, aos pedaços”.

Eros Roberto Grau

Mais segurança

» Já acontece há muito tempo noutros países, e agora o Senado acaba de aprovar o programa Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica. A iniciativa é da Associação dos Magistrados Brasileiros, foi apresentado ao Congresso pela deputada federal Margarete Coelho e contou com o apoio da bancada feminina. No Senado, a relatora da matéria foi Rose de Freitas. Trata-se de uma parceria entre o comércio e instituições públicas, que trabalharão em conjunto para identificar os casos de abuso com casais que se comportem estranhamente em público.

Loucura

» Uma prova da paciência e da convívência com absurdos é o consumidor

que paga mais de R\$ 4 mil por um celular da marca mais cara do mundo aceitar que venha sem carregador, obrigando a compra do dispositivo em separado.

Muito estranho

» Por falar nisso, alguém encontrou uma explicação plausível para o horário de atendimento ao público feito pelos bancos? Se os supermercados ficam abertos 24 h, a pandemia não é exatamente a razão.

Mais respeito

» Lá está a obra inacabada no asfalto do Lago Norte. De repente a pista raspada, um degrau abaixo, é o que se tem para a passagem dos carros pela esquerda. O nome da empresa deve estar em sigilo máximo. Nenhuma placa identifica os responsáveis por esse serviço malprestado.

»» História de Brasília

Está na comissão de revisão do *Dasp* o processo relativo ao reconhecimento de nível universitário, para os redatores do serviço público. No que valha a justiça que prega em alguns casos é simplesmente imoral a proposição. E mais: abre brechas para novas proposições tão perigosas quanto as atuais. (Publicada em 04.02.1962)